

EDUCAÇÃO NO PRESÍDIO ESTADUAL DE CERRO LARGO: UM TRABALHO EXPLORATÓRIO

RAMOS GARCIA BATISTA, Roberto¹

Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – Campus Cerro Largo/RS

BOLTER, Serli Genz²

Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – Campus Cerro Largo/RS

PREDIGER, Reneo Pedro³

Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – Campus Cerro Largo/RS

Eixo 07: Alunos de Pós-Graduação

RESUMO

A Educação é um Direito Humano Fundamental e de caráter Universal. Existem tratados internacionais vigentes, dos quais o Brasil é signatário, que garantem a todos uma Educação primária e gratuita. Com o advento da Constituição Federal de 1988 o direito à Educação foi alojado no rol dos Direitos Sociais criando obrigação estatal de construção de políticas públicas que possibilitem o empoderamento e legitimem os interesses dos grupos desassistidos, como é o caso das pessoas privadas de liberdade. Esse grupo soma, no território brasileiro, 642.638 pessoas colocando o Brasil em terceiro lugar no ranking internacional de países com maior população carcerária e, desse universo, 347.494 não completaram o Ensino Fundamental. Nesse sentido, buscou-se compreender a realidade da educação no Presídio Estadual de Cerro Largo/RS; para a pesquisa, realizou-se uma abordagem predominantemente qualitativa, com objetivo exploratório e descritivo, com amostragem não-probabilística, exame de material documental público e entrevista com questionário semiestruturado. Verificou-se que esse local possui capacidade de Engenharia para 48 vagas e uma população carcerária atual de 100 internos distribuídos nos regimes aberto, semiaberto e fechado, dos quais, 67 não completaram o ensino fundamental. A casa não possui escola, o que significa que o direito à educação ainda não é cumprido nessa Unidade Prisional. No entanto, há indícios de estruturação pela existência de processo para implantação de uma turma descentralizada de educação para jovens e adultos dentro na unidade prisional.

Palavras-chave: Educação formal. Educação prisional. Direito à educação. Remição pela leitura

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6022: informação e documentação: artigo em publicação periódica técnica e/ou científica: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 19 de setembro de 2022.

1 Rua Maria Luiza Kuhn, 668 – Centro, Cerro Largo/RS, 97.900-000, (55) 99639-5270, rrgbatista@yahoo.com.br

2 Rua Major Antônio Cardoso, 590 – Centro, Cerro Largo/RS, 97.900-000, (55) 3359-3950, rrgbatista@yahoo.com.br

3 Rua Major Antônio Cardoso, 590 – Centro, Cerro Largo/RS, 97.900-000, (55) 3359-3950 rrgbatista@yahoo.com.br

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20 de setembro de 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça; Resolução nº 391 de 10 de maio de 2021; disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3918>. Acesso em 22 de setembro de 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública, Secretaria Nacional de Políticas Penais. Dados estatísticos do sistema penitenciário- julho a dezembro de 2022. Disponível em <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen>. Acesso em 08 de maio de 2023.

BRZUSKA, Sidinei. O estado esconde o preso e vira refém do crime. **Revista Consultor Jurídico**. Junho de 2011. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2011-jun-11/entrevista-sidinei-brzuska-juiz-vara-execucoes-porto-alegre>. Acesso em 10 de maio de 2023.

GADOTTI, Moacir, 2007. **Educar para um outro mundo possível**. São Paulo: Publisher, 2007.
JÁCOME, Cássia Gercina de Sousa; CHAVES, Emanuela Rutila. O direito à educação do preso no Brasil e seus aspectos legais. **Rev. Pemo, Fortaleza**, v. 4, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/8714/8241>

JULIÃO, Elionaldo Fernandes; RODRIGUES, Fabiana; GODINHO, Ana Cláudia. Política nacional de Educação nos espaços de privação de liberdade: Analise da organização da educação escolar e não escolar nos planos estaduais de educação nas prisões. In: PIMENTEL, Elaine; VALENÇA DA SILVA, Maria da Conceição (org). **Educação em prisões: princípios, políticas públicas e práticas educativas**. Curitiba: Editora CRV, 2018. p. 65-83.

KOHL, A. A L; ARDENGHI, L. B. C. O papel da educação como instrumento de concretização dos direitos humanos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA, 2018, Ijui. Anais [...]. Ijui: UNIJUIEVENTOS, 2019. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosdemocracia/article/view/10721>. Acesso em 04 de junho de 2023.

LIMA SANTOS, Dimas de; VALENÇA DA SILVA, Maria da Conceição. A legislação brasileira para a educação em espaços de privação de liberdade e a educação no sistema prisional no Estado de Alagoas. In: PIMENTEL, Elaine; VALENÇA DA SILVA, Maria da Conceição (org). **Educação em prisões: princípios, políticas públicas e práticas educativas**. Curitiba: Editora CRV, 2018. p. 85-98.
MARQUES, Ana Emilia Formiga. Et al. O acesso ao atendimento primário de saúde pela população privada de liberdade no Brasil. Visão Acadêmica, Curitiba, v. 23, n° 4, Out. – Dez. /2022 – Disponível em <https://revistas.ufpr.br/academica/article/view/86538>. Acesso em 14 de junho de 2023.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Educação na Prisão como Política Pública: desafios e tarefas, 2013**. Disponível em <https://www.scielo.br/j/edreal/a/V5W4MGrPhHnWn4HGNKcrs5L/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 10 de junho de 2023.

ONU – Organização das Nações Unidas. Objetivos do desenvolvimento sustentável no Brasil, Educação de qualidade. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>. Acesso em 14 de setembro de 2022.
Rio Grande do Sul. Conselho Estadual de Educação. **Consolidação da Educação de Jovens e Adultos. Resolução 0343/2018**. Disponível em <https://www.ceed.rs.gov.br/RESOLUCAO-N-0343-2018>. Acesso em 15 de maio de 2023.

VOLLES, Guilherme Augusto; NAATZ, Ana Luisa Fernandes. A remição da pena pela leitura: uma análise da resolução nº 391/2021 do conselho nacional de justiça e das novas perspectivas de reinserção social. **Revista da ESMESC**, v.28, n.34, p.194-220, 2021. Disponível em: <https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/260>. Acesso em 08 de junho de 2023